



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023. (Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o assédio moral em face de servidores públicos dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público da União.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 58, § 2º, II, da Constituição Federal e no artigo 255, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem requerer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater a questão do assédio moral em face de servidores públicos dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público da União. Para tanto, sugerimos os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

1. Esther Dweck, Ministra da Gestão;
2. Augusto Aras, Procurador-geral da República;
3. Mário Luiz Sarrubbo, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo;
4. Representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
5. Representante da Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP);
6. Representante do Sindicato Nacional dos Servidores do MPU, CNMP e ESMPU (SindMPU).





JUSTIFICATIVA

O assédio moral é um grave problema que afeta diversos setores da sociedade, inclusive o serviço público. Trata-se de uma conduta abusiva, repetitiva e persistente, que atenta contra a dignidade e integridade psíquica dos trabalhadores, prejudicando a saúde física e emocional, bem como comprometendo a eficiência e qualidade dos serviços prestados à população.

No âmbito do serviço público, o assédio moral pode ocorrer em diferentes níveis hierárquicos e manifestar-se de diversas formas, tais como humilhações, ameaças, difamação, isolamento, sobrecarga de trabalho injustificada, entre outras práticas que visam desestabilizar e desvalorizar o servidor. Essas situações têm consequências devastadoras para os indivíduos envolvidos e para a organização como um todo.

De acordo com denúncias públicas, no mês de maio de 2023, em um intervalo de menos de 24 horas, ocorreram duas mortes por suicídio de servidores públicos do Ministério Público do Estado de São Paulo, resultantes, de acordo com as denúncias, de esgotamento mental por conta de assédio moral no ambiente de trabalho.

Assim, considerando a relevância e urgência em combater o assédio moral no âmbito do Ministério Público, proponho a realização de audiência pública para promover uma discussão ampla e aprofundada sobre o tema, a fim de encontrar soluções eficazes para prevenir e combater essa problemática.

Sala da Comissão, de junho de 2023.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

